

## CONSTRUINDO A HISTÓRIA DA ESCOLA PROFESSOR APRÍGIO: UM DIÁLOGO ENTRE MEMÓRIA E EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO SERIDÓ-RN

BUILDING THE HISTORY OF THE PROFESSOR APRÍGIO SCHOOL: A DIALOGUE BETWEEN MEMORY AND EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF SANTANA DO SERIDÓ-RN

**Maria das Vitórias Pereira Souza Bezerra<sup>1</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4247-5122>

E-mail: pereiramariadasvitorias@gmail.com

**Marecilda Bezerra de Araújo<sup>2</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7423-3056>

E-mail: marecilde@hotmail.com

### Resumo

O presente trabalho tem como objeto de estudo o Grupo Escolar Professor Aprígio no Município de Santana do Seridó-RN, nessa perspectiva propomos conhecer a biografia e história de professor Aprígio e as contribuições que a referida escola apresenta em sua construção histórica e social para a comunidade Tuiuiú. Analisamos a contribuição da Educação Rural e Educação do Campo no contexto da história da Educação do Brasil e das Políticas Públicas. O procedimento metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica e documental, fundamentadas nas obras de Gois (2019), Oliveira (2014), Gil (2008), Freire (2005), dentre outros que possibilitam o aprofundamento e a reflexão crítica da temática em questão. Também foram consultados na pesquisa decretos, leis, arquivo municipal da Prefeitura de Jardim do Seridó-RN, e Prefeitura Municipal de Santana do Seridó-RN. É oportuno destacar que o jovem educador professor Aprígio Câmara teve seu trabalho educacional reconhecido, na educação do município de Jardim do Seridó-RN e assim homenageado com o nome da Escola em comunidade da zona rural no município de Santana do Seridó-RN, objeto de estudo dessa pesquisa.

**Palavras-chave:** Educação do Campo; Educação Rural; História da Educação.

### Abstract

Its object of study is the Professor Aprígio School Group in the Municipality of Santana do Seridó-RN, in this perspective we propose to know the Biography and History of Professor Aprígio and the contributions that the school presents in its historical and social construction for the Tuiuiú community. We analyzed the contribution of Rural Education and Rural Education in the context of the history of Education in Brazil and Public Policies. The methodological procedure adopted was the Bibliographic and Documentary Research, based on the works of Gois (2019), Oliveira (2014), Gil (2008), Freire (2005), among others that enable the deepening and critical reflection of the theme in question. Also included in the research were decrees, laws, the Municipal Archive of the Municipality of Jardim do Seridó-RN, and the Municipality of Santana do Seridó-RN. It is worth mentioning that the young Educator Professor Aprígio Câmara had his educational work recognized, in the education of the municipality of Jardim do Seridó-RN and thus honored with the name of the School in a rural community in the municipality of Santana do Seridó-RN, object of study of this research.

**Keywords:** Rural Education; Rural Education; History of Education.

<sup>1</sup> Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

## INTRODUÇÃO

A escola como espaço de formação do homem é considerada um bem público essencial e prioritário como também a grande responsável pela promoção de mobilidade social. É um agente socializador que tem entre suas funções fundamentais a de conseguir com que as pessoas aprendam e assumam as normas da sociedade em que vivem, pois além do conhecimento a escola transmite também valores e atitudes.

Assim a presente pesquisa tem como objeto de estudo o Grupo Escolar Professor Aprígio no município de Santana do Seridó-RN, partindo das seguintes inquietações: Quem foi professor Aprígio? Porque este professor foi homenageado em uma escola da zona rural no município de Santana do Seridó-RN?

Essa inquietude se dá pelo fato de que como ex-aluna, hoje mãe de alunos e professora desta referida escola, nunca tivemos conhecimento de quem seria este professor homenageado em nossa escola na comunidade Tuiuiú no município de Santana do Seridó-RN. Outro fator decisivo para escolha deste objeto é que não sabemos sequer o sobrenome deste professor e que o mesmo não pertencia a esta comunidade ou municipalidade, conforme pesquisa prévia junto aos moradores destas localidades.

Como objetivos deste estudo propomos buscar indícios biográficos do professor Aprígio e as contribuições que a escola apresenta em sua construção histórica e social para a comunidade Tuiuiú, com ênfase na importância dessas descobertas para a construção da identidade do povo da comunidade e deste Município. Propomos também analisar a diferença entre Educação Rural e Educação do Campo no contexto da história da Educação do Brasil e das Políticas Públicas.

## DA EDUCAÇÃO RURAL À EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONCEITOS E PERSPECTIVAS

A discussão que vamos empreender teve como ponto de partida a necessidade de conhecer o debate sobre educação rural e educação do campo, pois esses são temas que aparecem constantemente na literatura das ciências sociais e humanas voltadas para a análise de questões educacionais que lidam com termos tais como: educação rural, educação no campo e educação do campo. Apesar da relação de sinônimos que parecem ter essas definições, se observarmos pelo ponto de vista teórico- metodológico perceberemos que apresentam consideráveis diferenças.

É preciso mencionar inicialmente a diferença primordial entre educação rural e educação do campo, sendo estes inseridos no debate acadêmico e político da atualidade. Leite (1999) nos auxilia a entender o uso dessas terminologias. Ele destaca o papel do Estado no desenvolvimento da extensão rural e das inquietações com o atraso educacional que atravessava o meio rural no início do século XX, no Brasil.

Na trajetória da educação rural, o homem do campo foi idealizado como exemplo do atraso, já a política educacional era organizada em consonância com os interesses capitalistas predominantes em cada conjuntura. Nos anos de 1960, Freire (apud LEITE, 1999, p. 43) “revolucionou a prática educativa, criando os métodos da educação popular tendo como suporte filosófico-ideológico os valores e o universo sociolinguístico-cultural desses mesmos grupos”. Fernandes (2004, p. 25) afirma que o emprego da expressão campo foi adotado em função da reflexão sobre o “sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais

dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho”. A finalidade explícita é resgatar o conceito de camponês. Aplica-se a definição de campo como:

lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. (FERNANDES, 2004, p. 137).

Vale destacar a importância de se compreender a distinção dos termos “rural” e “campo”. Sendo observada na concepção de rural a conjuntura política presente em documentos oficiais, que ao longo da história fizeram referência aos povos do campo como pessoas que necessitam de assistência e proteção, visto como lugar do atraso, pensado a partir de uma lógica economicista, e não como um lugar de trabalho, construção de significados de vida, saberes e cultura.

Esse modelo de desenvolvimento traz consigo as contradições, como consequência a crise de empregos, a migração campo-cidade, fazendo com que a população do campo busque uma reação diante do processo de exclusão, se organizem e lutem por políticas públicas, construindo alternativas de resistência econômica, política e cultural, incluindo a educação dentre essas iniciativas.

As lutas dos movimentos sociais no final do século XX fortaleceu a concepção de campo, como referência a identidade e cultura desses povos, valorizando-os como sujeitos que possuem laços e valores culturais relacionados a vida na terra. Assim, essa concepção de campo é observada além da definição jurídica. Configura um conceito político, ao considerar as particularidades dos sujeitos na sua relação de existência e sobrevivência. Nessa perspectiva a educação do campo se articula na conjuntura de um projeto político e econômico de desenvolvimento local e sustentável considerando os interesses dos povos que ali vivem.

Podemos observar que dentre as características dos povos do campo está o seu jeito peculiar de se relacionar com a natureza, o trabalho na terra e a organização da mão de obra com participação da família nas atividades produtivas, fortalece os valores culturais das relações familiares. A identidade dos povos do campo se articula desde a organização dos grupos sociais que se constituem como: pequenos proprietários, colonos, assentados, arrendatários, entre outros, dependendo da região do Brasil em que estejam até a identidade político e sócio cultural gerado a partir da organização das categorias em movimentos sociais.

Nesse contexto surge a necessidade de entendermos o conceito de cultura, sob o olhar de Schelling (1991, p. 32):

o homem não só se adapta ao mundo, como também o transforma. Essa transformação ocorre em dois níveis: em primeiro lugar no nível da interação do homem com a natureza e como se da natureza, modificando o ambiente natural com o uso de ferramentas. Ocorre também no nível da consciência, da interação comunicativa entre os indivíduos e sua organização social (SCHELLING, 1991, p. 32).

Nessa sociedade tão adversa como a nossa, a construção de um mundo mais justo, solidário e humano é um pressuposto necessário, embora difícil do sujeito assumir-se como ser

social e histórico ao qual se refere Freire, que se concretiza na prática social de um processo de acomodação ou negação da realidade que lhe é imposta.

Em uma abordagem histórica sobre a educação rural, no sentido de situar os processos de exclusão vividos pelos sujeitos do campo, dentro e fora dele, traz como uma das intenções desse estudo descrever e analisar a educação que busca entender a permanência da escola atual ainda nos moldes da “escola rural”<sup>3</sup>. Sendo percebida como pressuposto para compreender a prática pedagógica enquanto prática social, exercida nas escolas com a intenção de construir um projeto de educação democrático.

Nesse contexto, se implica a sociedade brasileira, desde o período de colonização a relação de poder e domínio expressos de várias formas, e instrumentos, onde prevalece o excesso de direitos de uma minoria representada pela classe dominante que explora a maioria da população. Assim sendo, essa maioria constituída de pessoas que não se reconhece como sujeitos de direitos, desfavorecida economicamente, sobrevivem a um grau de pobreza e que muitas vezes não usufrui dos bens produzidos por eles mesmos.

Na perspectiva de desenvolver uma discussão sobre a educação do campo na proposição dos movimentos sociais, visto como um paradigma que vem sendo construído a partir das experiências vividas pelos diversos sujeitos sociais, que objetiva compreender a luta organizada, sendo este apresentado como alternativa de educação para o campo em substituição a educação que vem sendo desenvolvida no espaço rural. Contudo, é importante destacar que a partir desse momento, há uma relevância sobre a educação, mas especificamente sobre a educação básica do campo, nesse sentido a educação brasileira tem sido organizada através de leis e diretrizes que direcionam as práticas pedagógicas dentro da escola.

O diálogo é uma exigência existencial. E se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo ao ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 2005, p. 91).

O diálogo visto como uma premissa no processo de constituição da educação do campo está presente no processo de ensino e aprendizagem, percorrendo desde o princípio dos movimentos de construção do conhecimento, até a conquista por políticas públicas, no enfrentamento aos processos excludentes e na luta por caminhos viáveis à construção da cidadania participativa, pois “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizado, pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto na relação eu-tu” (FREIRE, 2005, p. 91).

Um importante passo na inserção da educação do campo na agenda da política educacional do Brasil se deu a partir da LDB nº 9394/96, ao afirmar em seu artigo 28, a necessidade de adequar o currículo as metodologias apropriadas ao meio rural, flexibilizando a organização do calendário escolar, e conseqüentemente a aprovação das diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo, ressaltando que:

---

<sup>3</sup> Pensar a escola rural é pensar o homem rural, seu contexto, sua dimensão, como cidadão, sua ligação com o processo produtivo. É questionar sua ligação direta com a qualificação profissional e seu grau de comprometimento e interferência na formação sócio-política dos rurícolas e a forma como tem acompanhado as transformações ocorridas no campo (LEITE, 2002, p. 14).

A educação do campo tratado como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa a acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um espaço de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (BRASIL, 2001, p. 1).

Ainda sobre a oferta de Educação do Campo, um marco importante na garantia desse direito foi a aprovação e promulgação da constituição de 1988, na qual a educação se destaca como direito de todos. E é reafirmado com a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, que reconhece nos artigos 23, 26 e 28 a diversidade do campo, adaptando as suas peculiaridades tanto nas questões de organização escolar como de questões pedagógicas. Entretanto, apesar dos avanços na legislação educacional, a realidade das escolas para a população rural continuava precária. A LDB estabelece no seu artigo 28 as seguintes normas para a educação do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, p. 45).

No Art. 28, a LDB reconhece a especificidade do campo ao respeitar a diversidade sociocultural, inovando ao acolher as diferenças sem transformá-las em desigualdades, o que implica que as instituições de ensino devem adequar a sua forma de organização, e funcionamento na perspectiva de atender as peculiaridades da realidade do campo sem comprometer a dimensão do conhecimento e da educação.

A definição de escola do campo tem sentido quando refletida a partir das peculiaridades dos povos do campo. Tal definição é ratificada no parágrafo único do art. 2º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciência e Tecnologia disponível na Sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002, p. 37).

Tais ações realizadas pela escola do campo buscam corresponder a necessidade da formação integral dos povos do campo. Para tal fim, é importante garantir o acesso a todos os níveis e modalidades de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial) não se restringindo apenas aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

## HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970

Este tópico apresenta uma abordagem histórica para melhor compreendermos a discussão sobre a educação do campo no Brasil, tomando como referência as décadas de 1960 e 1970. Neste contexto histórico Pires (2012, p. 14) coloca que:

Advinda da organização dos movimentos sociais, a Educação do Campo nasce em contraposição à educação rural, na medida em que reafirma a legitimidade da luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para os sujeitos que vivem e trabalham no campo, de acordo com a bandeira de luta dos povos do campo.

Para tanto se faz necessário, apresentarmos alguns elementos nesse percurso que expressem a histórica ausência de políticas públicas para os camponeses, considerado um dos grupos mais populares da sociedade. Já nas primeiras décadas, observa-se no país o ruralismo pedagógico que “pretendia contrapor-se a uma escola literária que desenraizava o homem do campo” (RIBEIRO, 2013, p. 172), o intuito era evitar o inchaço populacional das cidades, mantendo as pessoas no campo. Até a década de 60 as escolas localizadas na zona rural do Brasil eram denominadas de Escolas Isoladas, esse termo era empregado às escolas do meio rural, situadas em comunidades do interior dos municípios.

Tais escolas contavam apenas com um professor que lecionava para um grande número de crianças em sala multisseriada, turmas com mais de uma série juntas, todas com idades cronológicas e de aprendizagens distintas. Durante esse período histórico da educação do campo, os professores não se preocupavam em atender os alunos para uma aprendizagem efetiva, pois muitos desses alunos eram leigos ou tinham pouco conhecimento, o que se refletia nos saberes adquiridos, que eram concentrados em ler, escrever e fazer cálculos. O professor podia contar com o apoio das famílias que eram bem presentes nesse processo, principalmente no que se referiam aos limites, valores e a educação. Ribeiro (2013, p. 293) coloca que a educação rural era:

Destinada a oferecer conhecimentos elementares de leitura, escrita e operações matemáticas simples, mesmo a escola rural multisseriada não tem cumprido esta função, o que explica as altas taxas de analfabetismo e os baixos índices de escolarização nas áreas rurais.

Na década de 1960 chegou ao Brasil as Escolas-Família Agrícolas (EFAs), e as experiências das Casas Familiares Rurais (CFRs), que ocorreram em Alagoas e Pernambuco, tendo se desdobrado para a região Sul do Brasil, entre 1989 e 1990, estas concepções de escola se apresentam nesse cenário, salvante os conhecimentos desenvolvidos por Paulo Freire. Sobre isso a história da educação brasileira manifesta o predomínio de uma educação que objetivava “treinar e educar” os sujeitos “rústicos” do rural.

Nesse período, tem a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n. 4024/61) que apesar de sua implementação, a educação rural não teve o merecido destaque, deixando a cargo dos municípios a estruturação das escolas rurais. Surge também como evidência a educação para as classes populares, que se efetiva com as propostas de Paulo Freire.

Tendo Paulo Freire como agente na realização e disseminação das experiências fecundas da educação popular nesse período, o trabalho com as classes populares do campo e da cidade promoveu uma ação cultural para o fomento da politização, valorizando a identidade, os saberes do povo e caminhando para a reflexão sobre as condições de existência e as motivações que levam a tal realidade (BATISTA, 2010, p. 157).

Com a efetivação de suas propostas Paulo Freire trouxe consideráveis contribuições a educação popular, apresentando com sua teoria os movimentos de alfabetização de adultos e o desenvolvimento de uma concepção de educação dialógica e emancipatória. Nessa perspectiva, Pires (2012, p.14) sobressai que:

No bojo dessa discussão sobre Educação do Campo como direito humano, os movimentos sociais do campo e pesquisadores (as) que refletem sobre essa temática colocam que a garantia desse direito deve estar vinculada à garantia do direito à terra, ao trabalho, à justiça social.

Nesse viés, a educação popular tem como principal articulador o povo, com a presença de diversos grupos e movimentos sociais que compreendem igrejas, sindicatos, movimentos estudantis, em meio a outros importantes setores sociais.

Nessa década foram organizados os centros populares de cultura e o movimento Educacional de Base, ligados a partidos de esquerda e com sustentação ideológica no trabalho desenvolvido pelas ligas camponesas, sindicatos e ação pastoral de bispos da igreja católica. Assim foram desenvolvidos grupos de Alfabetização de Adultos e Educação Popular. No campo havia um contexto de emergência de movimentos sociais rurais, a exemplo dos boias-frias, movimentos de luta pela permanência na terra e contra a expropriação (SOUZA, 2006, p. 54).

Em 1961 foi criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento de Educação de Base (MEB), com foco na alfabetização onde atuava com questões ligadas a política, economia, cultura e saúde, visando despertar a criticidade dos povos do campo e das periferias das cidades. Definia-se o MEB como um movimento engajado com o povo nesse trabalho de mudança social. O surgimento desses movimentos fortalecia a discussão da educação no meio rural na década de 60 e 70, tais movimentos tinham como objetivos “preparar os indivíduos e os grupos para participarem, responsável e produtivamente, de um processo de mudança cultural identificado como um processo de desenvolvimento socioeconômico” (SOUZA, 2006, p. 60).

No entanto, vale ressaltar que a perspectiva desse período era a abordagem da educação como premissa do desenvolvimento. A disseminação desse discurso, na proposta dos programas voltados para a educação e desenvolvimento, tinha a intenção de preparar as pessoas para a construção de uma consciência crítica diante do processo político.

Assim sendo, sejam quais forem as suas finalidades, os programas que surgiram no decorrer dessas décadas, expressavam a concepção de uma educação estabelecida no contexto rural, e em diversos momentos, ainda prevalecia o modelo de educação urbana. Uma ideia generalizada de formar o conceito de educação, universalista, que se expandia baseada na definição do iluminismo, onde o contexto rural incide em ter uma escola dissociada dos reais

interesses e necessidade da comunidade, em uma temática que reforça a desigualdade e a negação dos sujeitos do campo.

As décadas de 60 e 70 marcaram a história da educação do campo no Brasil. Pois, nesses períodos, foi introduzido na nossa economia o capital internacional, que resultou num importante crescimento das contradições do capital nacional-desenvolvimentista. Diante disso, vários fatos ocorrem como consequência, a exemplo temos: o crescimento do movimento operário e camponês, o surgimento de partidos de esquerda, como também de grupos e entidades, que desejavam transformar a estrutura da sociedade, apoiada, no empenho de alguns setores da igreja com as lutas sociais. Outro fato que merece destaque nesse recorte de tempo foi o crescimento e a propagação de experiências que viam a educação como instrumento de conscientização política e social, capaz de transformar a estrutura capitalista presente na sociedade brasileira.

Este período foi fortalecido pelas lutas de reformas de base, eleitorais, tributárias, agrárias, urbanas e universalistas. Tais movimentos sociais, tanto no campo como na cidade, sofreram repressão pela ditadura militar<sup>4</sup>. Sucederam-se então, várias prisões, torturas de camponeses, líderes sindicais, membros de igreja e de partidos de esquerda. A ditadura também impôs projetos e medidas com o objetivo de integrar o Brasil na corrente de desenvolvimento e expansão do capitalismo mundial (QUEIROZ, 1997, p. 55).

Em alguns segmentos como política, economia e agricultura teve intensa intervenção do Estado, com o objetivo de baixar os preços dos alimentos e das matérias primas da agroindústria, trazendo o aumento da produção agrícola e conseqüentemente o aumento da exportação. Observando pelo ângulo da educação houve uma política educacional preocupada, sobretudo com a rentabilidade dos investimentos educacionais que resultou na Reforma Universitária de 1968<sup>5</sup> e na Lei de Profissionalização do Ensino Médio de 1971<sup>6</sup>. Tendo como principal finalidade formar jovens para o mercado de trabalho, dificultando ainda a entrada no ensino superior. Com forte influência no controle político e social, buscava impedir as lutas das organizações e movimentos que queriam mudar a estrutura da sociedade, como também ativar a produção e o desenvolvimento capitalista.

Todavia, a educação do campo ao longo da sua história foi marcada por períodos de negação, com ausência de ações governamentais que de fato concretizasse esse direito aos agricultores. Por outro lado, pode-se considerar que nas últimas três décadas do século XX, houve importante movimentação e organização de entidades que reivindicam não só por uma educação rural, mas, sobretudo, pela efetivação do direito a educação do campo. Estas lutam integram um conjunto de iniciativas e ações contra a concentração da terra e do poder.

Um importante fato que marcou a década de 1970 no Brasil foi as “lutas e resistências coletivas, em busca do resgate de direitos da cidadania cassada e contra o autoritarismo vigente” (GOHN, 2014, p. 54). Este foi um período marcado pela organização dos movimentos sociais e a luta pela democracia. No âmbito educacional, predominam as ações voltadas para a educação popular através da educação política, da alfabetização de jovens e adultos, da

---

<sup>4</sup> Intervenção do Estado com forte repressão a todos os movimentos sociais tanto no campo como na cidade. Neste período ocorreram muitas prisões arbitrárias, torturas, processos forjados, assassinatos de operários, camponeses, líderes sindicais, de membros de igrejas, e de partidos de esquerda.

<sup>5</sup> “Política educacional preocupada, sobretudo com a rentabilidade dos investimentos educacionais”.

<sup>6</sup> O objetivo era de profissionalização dos jovens, de maneira antecipada, com isso formando maior número de trabalhadores para o mercado, ao mesmo tempo barrando a entrada no ensino superior.



formação de líderes sindical, comunitária e popular. Houve por parte de alguns setores da igreja um expressivo compromisso, fortalecendo ainda mais a luta dos trabalhadores do campo e da cidade, engajados com os movimentos sociais. Ainda nessa década surge na defesa dos posseiros a comissão pastoral da terra (CPT), organização da igreja católica que com o apoio de outras igrejas, lutavam pela reforma agrária e pela permanência na terra.

## O MUNICÍPIO DE SANTANA DO SERIDÓ-RN

Inicialmente, conforme destaca Oliveira (2014) evidenciamos que em 30 de novembro de 1953 era criado o distrito de Santana do Seridó, através da Lei Estadual nº 962. A Lei nº 98, de 10 de novembro de 1955.

Art 1º: Fica criado a partir do exercício vindouro, o imposto predial. Código 12, para a vila de Santana deste termo.

&Único: A arrecadação do tributo em apreço deverá obedecer aos dispositivos constantes do código tributário Municipal.

Art 2º: A presente Lei entrará em vigor a partir da data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário. Ass.: Manoel Paulino dos Santo Filho (Prefeito).

O então distrito desmembrou-se de Jardim do Seridó e tornou-se município por força da Lei nº 2.770 de 10/05/1962, sancionada pelo então Governador do Estado, Dr. Aluísio Alves, através do projeto de lei do Dep. Dr. Ulisses Potiguar, e oficialmente instalado em 09 de abril de 1963. Pela Lei Estadual nº 4314, de 16/04/1974, ocorre nesse período a alteração topônima municipal e o distrito de Santana passou a chamar-se Santana do Seridó. Em divisão territorial datada de 1/1/1979, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial. Localizado na região Seridó do Estado do RN, o município de Santana do Seridó, está a 243 quilômetros de distância da capital, apresenta densidade demográfica: 13,41 hab. Km<sup>2</sup> numa altitude de 336 metros acima do nível do mar e conta com uma área de 188,404 Km<sup>2</sup> de extensão. No ano de 2014 moravam no município 2.526 pessoas, sendo 1.653 na zona urbana e 873 na zona rural, deste total 1.267 eram do sexo masculino e 1.259 do sexo feminino.

A zona rural do município é formada pelas seguintes comunidades: Lajinhas, Verdes e adjacência, Saco da Cruz, Saco São Gonçalo, São Bento I e II, Parede Vermelha e Tuiuiu. Sendo as comunidades São Bento e Tuiuiu as mais habitadas. Santana do Seridó limita-se com Ouro Branco, Parelhas, Jardim do Seridó e o Estado da Paraíba. Gentílico: Santanense.

As famílias na época recebiam seus primeiros ensinamentos sobre letras do alfabeto e tabuadas, pelo Professor Cosmo Rodrigues. Conforme consta no arquivo público da Prefeitura municipal de Jardim do Seridó-RN, a portaria nº 7 de 18 de fevereiro de 1950, o Prefeito Municipal, usando de suas atribuições autoriza ao tesoureiro desta prefeitura a recolher aos cofres municipais a quantia de 10.760,00 (Dez mil setecentos e sessenta cruzeiros) proveniente da contribuição concedida pelo Ministério da Educação para a construção do Grupo Escolar da Povoação de Santana deste Município.

Logo no ano de 1950, chega ao pequeno povoado de Santana do Seridó a Escola Estadual Antônio Basílio, através do senhor Zezé Aprígio, que escolheu o nome do homenageado pelo mesmo ser o dono da terra em que a escola está localizada. A partir do ano

de 1949 com a construção da Escola Estadual Antônio Basílio e o mercado público ocorre gradualmente o desenvolvimento da cidade de Santana do Seridó-RN.

## **A HISTORIOGRAFIA ESCOLAR DA COMUNIDADE TUIUIÚ**

A comunidade Tuiuiú, segundo Tião Cândido de Macêdo<sup>7</sup>, recebeu esse nome do criador e caçador Franco Soares, que gostava de caçar Ema na lagoa que hoje pertence às terras do Sr. Joaci Costa. Nessa lagoa habitava o pássaro Tuiuiú e por este motivo, em homenagem ao pássaro, surgiu o nome da referida comunidade. Os grandes lotes de terras dessa comunidade pertenciam ao fazendeiro Valentim Dias que após sua morte, seus filhos assumiram as terras.

Nesse período a principal renda das famílias era a criação de animais, o comércio e a agricultura. Existia apenas uma estrada de barro, denominada “Estrada do Comércio”, devido o grande número de pessoas que saiam para a feira a cavalo ou mula, para vender e comprar mercadorias. O Tuiuiú durante muitos anos foi distrito de Jardim do Seridó, quando ainda era intendência e Santana do Seridó era distrito do mesmo. No ano de 1877, houve uma grande seca em que as pessoas se sentiram obrigadas a venderem suas terras e irem embora morar na Paraíba. Durante essa seca morreram muitos animais e a agricultura que era a principal fonte de renda não existiu durante 3 anos.

A primeira escola surgiu na comunidade Tuiuiú em 1915 na casa de Manoel Cândido I<sup>8</sup>, sendo uma escola particular. Hoje a comunidade Tuiuiú é a zona rural mais habitada do nosso município, além da agricultura, a fonte de renda é distribuída em cerâmicas e cooperativas de telhas e tijolos, associação de bordadeiras, funcionários públicos. Aqui a população conta com os serviços de Posto de Saúde, Creche, Escola Municipal, Quadra de esporte, Praça e a Capela de Santa Luzia, padroeira da comunidade.

## **NA COMUNIDADE NASCE A ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR APRÍGIO**

Segundo relata Gois (2019, p. 40) em seu livro “Modernizando os sertões”, que:

Em fevereiro de 1919, o jornal o Município-órgão independente e noticioso de Jardim do Seridó-RN, discorre, na coluna “Cartas”, uma crônica assinada pelo Professor Aprígio Câmara, natalense que fora nomeado pelo Governo do Estado para ministrar aulas no Grupo Escolar “Antônio de Azevedo”, em Jardim do Seridó. No relatório do Governo Municipal, apresentado ao Conselho de Intendência no dia 21 de janeiro de 1918 e publicado em *O Município*, o presidente Heráclio Pires informa que o jovem educador Aprígio Câmara havia assumido a função de professor no município, desempenhando suas atividades educacionais, “realizando o milagre da reabilitação do nosso mais importante estabelecimento de ensino”.

Isso porque o grupo Escolar Antônio de Azevedo, inaugurado em 08 de julho de 1910, tinha parado suas atividades educacionais e neste ano de 1918 retomava seu percurso na educação municipal.

---

<sup>7</sup> Tião Cândido de Macêdo é neto de Manoel Cândido I, e reside atualmente na comunidade Tuiuiú.

<sup>8</sup> Manoel Cândido I, grande fazendeiro da região que residia na comunidade e cedia sua casa para funcionar uma escola particular no ano de 1915.

O jovem Professor Aprígio Câmara era citado pelo Chefe do Executivo Municipal em 1918 como um educador familiarizado com a cidade, conhecedor dos problemas da instrução no Estado e como alguém que estava disposto a transformar a realidade do Grupo Escolar “Antônio de Azevedo”, onde, segundo o relatório da Intendência Municipal”, reinava a maior indisciplina”. Enquanto Heráclio Pires formulava breves e elogiosas palavras acerca da atuação do professor, este retribuía, colaborando como cronista do jornal local (GOIS, 2019, p. 40).

Em conformidade com Gois (2019, p. 43), Dr. Heráclio Pires afirma:

Que em suas crônicas Professor Aprígio Câmara apresenta elementos da viagem que empreendeu entre Natal e Jardim do Seridó, feita de forma “maçante” e era realizada “nos vagões da “magnífica Central”, até a cidade de Lajes, de onde seguiu através de caminhos de carro de boi até o Seridó, devido a inexistência de estradas em melhores condições de tráfego”.

Segundo relata Gois (2019, p. 43), que:

Também na carta, o Professor Aprígio Câmara explica os motivos do afastamento definitivo da cadeira isolada masculina do Grupo Escolar “Antônio de Azevedo”, novamente enfatizando a questão da dificuldade de deslocamento pelo interior do Rio Grande do Norte. Segundo Câmara, em carta circular publicada em *O Município*, na edição de 20 de fevereiro de 1918 “infelizmente, apareceu e foi ele a moléstia que me trouxe acamado durante vinte e seis dias e que, segundo opinião médica, me priva, durante algum tempo, de montar a cavalo. Assim, impossibilitado de realizar a cavalo a viagem a Jardim, aceitei minha remoção para uma localidade servida por estrada de ferro”.

A matéria do Jornal Diário de Natal Edição nº 07937 de 1967, convida para a missa de trigésimo dia do Professor Aprígio Soares Câmara que se realizou na igreja metropolitana as 17h30min., o referido Professor faleceu em 06/02/1967 em São Paulo. A partir dessa matéria do Diário de Natal entende-se que Aprígio Soares Câmara teve seu trabalho reconhecido no município de Jardim do Seridó-RN, sendo homenageado no ano de 1968 com o nome de escola no Sítio Tuiuiú.

O processo Educacional no “Sítio Tuiuiú”, tem origem com aulas particulares que acontecia na casa do grande fazendeiro da região Manoel Cândido de Macêdo I. A partir de 1950 assumia o cargo de subvenção á Escola Particular Alice Monteiro de Oliveira, seguida de Zuleide Augusta da Cunha 1951 a 1952. Em 1954 era a professora subvencionada Neuza de Medeiros. Consta ainda nos registros do Livro nº 294 do arquivo público Municipal do Município de Jardim do Seridó-RN, que a partir de 1959 Maria Madalena de Azevedo atuava como Professora do ensino rural municipal do Sitio Tuiuiú, sendo a primeira professora a atuar no prédio da Escola Municipal Professor Aprígio, construído a partir da lei nº 248, de 22 de Julho de 1964, a qual autoriza a construção de prédio escolar no local que especifica.

O prefeito Municipal de Jardim do Seridó-RN, faz saber que a Câmara Municipal decreta e sanciona a seguinte lei, Art 1º “fica o poder executivo autorizado a executar, mediante concorrência pública ou administrativa as obras de construção de um prédio escolar no “Sítio Tuiuiú” deste Município, conforme projetos e especificações adotadas pela municipalidade”.

Assim, no quadriênio 1964/1968, já emancipado o Município de Santana do Seridó, a gestão do prefeito Seráfico José Batista se destaca no trabalho de construção de escolas na zona rural do município, dentre elas está a Escola Professor Aprígio, localizada na comunidade Tuiuiú. Na década de 1970 a professora Maria Madalena Azevedo lecionava na escola, em turma multisseriada, com o número aproximado de 50 alunos.

*Figura 1 - Foto da inauguração do grupo escolar professor Aprígio, ano de 1968.*



**FONTE:** Arquivo pessoal da professora Maria Bernadete de Medeiros Luz.

A comunidade Tuiuiú contava com a Escola Municipal Ezequiel Cândido de Macêdo, atualmente desativada, e a Escola Municipal Professor Aprígio, fonte dessa pesquisa. Em 10 de Junho de 1996, foi criado o Centro Municipal de Ensino Rural, pelo decreto 477. Neste período funcionavam na zona rural do município 10 escolas. Através do Decreto nº 487 de 15 de setembro de 1997 municipaliza a Escola Estadual Isolada de Tuiuiú, que contava com o trabalho da professora cedida ao Município através de convênio, Maria Bernadete de Medeiros Luz a qual era funcionária da Rede Estadual de Ensino.

O centro Rural com sede na Secretaria de Educação contava ainda com o trabalho de Diretor, vice-diretor e supervisor. A primeira diretora desta entidade escolar foi à professora Edla Medeiros de Azevedo Moraes, seguida de Francineide Gomes de Souza Azevedo até o ano de 2016, assumindo depois Ivanice Bezerra de Oliveira e por última Maria das Vitórias Pereira Souza Bezerra, atual professora nesta instituição de ensino.

Atualmente a Escola Municipal Professor Aprígio, Ensino Fundamental I, única Escola Rural do município, atende 30 crianças de 1º ao 5º ano em turmas multisseriadas. Temos em seu quadro de funcionários, duas professoras efetivas: Maria das Mercês Bezerra da Silva, Josilene Azevedo da Luz, assim como a professora contratada Maria das Vitórias Pereira Souza Bezerra, Francileide Maria de Macêdo como auxiliar de serviços gerais e a cozinheira Lucineide Rodrigues dos Santos Valentim.

## **CAMINHO METODOLÓGICO**

A pesquisa em História da Educação se caracteriza por um vasto campo de conhecimentos e possibilidades de reflexão dos fenômenos educativos no decorrer do tempo-espaço, possibilitando ao pesquisador estabelecer relações de continuidades e rupturas entre

passado e presente. Nesta perspectiva, surge na historiografia uma nova abordagem, que foi a chamada História Serial e também a História Quantitativa definida por (ARÓSTEGUI, 2006).

Neste percurso investigativo o pesquisador se depara com muitas barreiras, pois como afirma Bloch (2001) o passado não é diretamente observável nem está sujeito a leis ou fórmulas matemáticas, ao contrário do que acontece nas ciências naturais, fazendo com que cada nova fonte estudada ou descoberta, ou cada nova linha de raciocínio, contribuam para a alteração do aspecto do conhecimento histórico. A falta de organização ou mesmo inexistência do arquivo público em determinadas localidades ou regiões. A dificuldade para o acesso a alguns arquivos públicos ou privados. Documentos alterados ou ausentes, faltando partes, dificultando a leitura e análise contextual.

Segundo Gil (1999), a pesquisa bibliográfica se empreende, sobretudo como o uso de livros e artigos e a documental. O autor menciona ainda, que a pesquisa documental se assemelha a pesquisa bibliográfica, pois a diferença entre elas está na natureza das fontes. A bibliográfica traz consigo a discussão de vários autores sobre um determinado assunto, enquanto que a documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Gil (1999) diz que ao se analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram conferidos, mas, que podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc.

Para Gil (2008, p. 26), a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Desse modo, nossa pesquisa se caracterizou como pesquisa bibliográfica a partir de materiais já elaborados e publicados em livros e artigos científicos, possibilitando ampliação dos nossos conhecimentos com dados reconhecidos por Oliveira (2014) e Gois (2019).

E a Pesquisa documental que segundo Gil (2008) a natureza das fontes baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Assim visitamos arquivos e acervos públicos tanto na Prefeitura Municipal de Santana do Seridó-RN, quanto na Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó-RN, visto que Santana era distrito de Jardim do Seridó no período de 1953. Os arquivos privados dos familiares das primeiras professoras do Grupo Escolar Professor Aprígio foram consultados em busca de registros escritos e fotográficos, a pesquisa foi realizada com o intuito de produzir ou reelaborar novos conhecimentos para compreensão das questões problematizadas neste estudo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As lutas dos movimentos sociais no final do século XX fortaleceram a concepção de campo, como referência a identidade e cultura desses povos, valorizando-os como sujeitos que possuem laços e valores culturais relacionados à vida na terra. Desta forma, essa concepção de campo é observada além da definição jurídica. Configura um conceito político, ao considerar as particularidades dos sujeitos na sua relação de existência e sobrevivência. Nessa perspectiva a educação do campo se articula na conjuntura de um projeto político e econômico de desenvolvimento local e sustentável, considerando os interesses dos povos que ali vivem.

O tema “Construindo a História da Escola Professor Aprígio: um diálogo entre memória e educação no Município de Santana do Seridó-RN” tem um imensurável valor histórico para a pesquisadora tanto na vida pessoal como profissional. Tendo em vista que a mesma foi aluna da escola, moradora da comunidade e atualmente professora da escola. A escolha do tema discute um assunto importante, não só para as escolas do campo, mas também por se tratar de um recorte de tempo, que para muitos santanenses é desconhecido e que simboliza um exercício reflexivo da construção do sentimento de identidade e de pertença ao lugar.

A discussão aqui apresentada se remete aos caminhos teóricos e aspectos históricos e conceituais referentes ao processo de Educação Rural, Educação do Campo e das políticas públicas no Brasil. Constatando através de pesquisa Bibliográfica e Documental o reflexo da passagem do Professor Aprígio Soares Câmara no ano de 1918, pelo Grupo Escolar Antônio de Azevedo, no Município de Jardim do Seridó, ao qual este município fazia parte na condição de distrito. Desta forma, o Professor Aprígio Câmara era visto pela sociedade local como alternativa de transformação do ensino, quando este se apresentava em colapso.

Pensar sobre o trabalho da escola do campo em especificamente a Escola Professor Aprígio na comunidade Tuiuiú é descobrir quem foi Professor Aprígio, pois, alunos, profissionais, pais e toda comunidade entravam e saíam da Escola sem saber explicar quem era este Professor e porque ele tinha sido homenageado.

Assim, concluo que a Escola Professor Aprígio, inserida num contexto social e cultural do Município de Santana do Seridó-RN, possui muitas possibilidades de fazer uso das vivências e saberes do seu povo, para tornar o ensino mais significativo e voltado ao desenvolvimento da identidade e do pertencimento daquele lugar.

## FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. Jardim do Seridó. Lei Estadual nº 962 de 10 de novembro de 1955.

BRASIL. Lei Nº 2.770 de 10-05-1962.

BRASIL. Lei Estadual Nº 4314, de 16-04-1974.

BRASIL. Portaria nº 7 de 18 de fevereiro de 1950.

BRASIL. Livro nº 294 do Arquivo Público Municipal de Jardim do Seridó.

BRASIL. Lei nº 248 de julho de 1964.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução, Andréa Dore. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier; CORREIA, Deyse Morgana das Neves. Educação de Jovens e Adultos na Reforma Agrária: uma experiência de educação popular do campo. In: DINIZ, Adriana Valéria Santos; SCOCUGLIA, Afonso Celso Caldeira; PRESTES, Emília Trindade. **A aprendizagem ao longo da vida e a Educação de Jovens e Adultos: possibilidades e contribuições ao debate**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.



BLOCH, Marc. **Apologia a História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Disponível em <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado em 21 de janeiro de 2021.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. CNE/MEC, Brasília, 2002.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB**. Lei nº 9.394 de dezembro de 1996. MEC.

FERNANDES, B.M. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 133-145.

FREIRE, Paulo. **A concepção “Bancária” da educação como instrumento da opressão**. Seus pressupostos sua crítica. In: *Pedagogia do oprimido*. 41ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: ATLAS, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOIS, Diego Marinho. **Modernizando os sertões**, Editora CRV, Curitiba: Brasil, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LEITE, S. C. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Rosineide Macêdo de. **Fatos e Relatos da Nossa Terra Santana do Seridó-RN**, 1ª Edição. Santana do Seridó/RN, 2014.

PIRES, A. M. **Educação do campo como direito humano**. São Paulo: Cortez, 2012. 159p.

QUEIROZ, J. B. P. **A Educação do campo no Brasil e a Construção das escolas do Campo**. 2011. 10f. Revista NERA, Ano 14, nº 18-janeiro/ junho de 2011.

RIBEIRO, M. Educação rural. In: CALDART, R. S. et al. (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2013.

SCHELLING, Vivian. **A presença do povo na cultura brasileira**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas desenvolvidas no MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.

ZIECH, M, E. **Educação do Campo e a construção da identidade territorial do aluno da Escola do Campo do Distrito de Cândido Freire-Girúá (RS)**. 2017, 121f. Dissertação,

Mestrado em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul-UNIJUÍ. IJUÍ, RS, 2017.